

SESSÕES DO PLENÁRIO

54ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 10 de novembro de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADA LUIZA MAIA (AD HOC)

A Srª PRESIDENTA (Luiza Maia):-Bom-dia a todas e a todos.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial, com o objetivo de discutir o tema: “Campanha pelos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”, proposta pela deputada Luiza Maia, e o tema da sessão deste ano é a “Violência na Diversidade.”

Quero convidar a Srª Jucinalva Peruna, coordenadora de Ações Temáticas Secretaria de Políticas para as Mulheres, representante do Governo do Estado da Bahia; o Sr. Defensor Público Rodrigo Alves, representante da Defensoria Pública do Estado da Bahia; a Srª Heleneci Souza, delegada titular da Delegacia Especial de Atenção à Mulher; a Srª Andréa Marques, presidente da Comissão da Mulher, advogada da OAB; a Srª Lia Barroso, presidente da Comissão de Proteção aos Direitos da Mulher da OAB; a Srª Capitã PM Paula Queirós, subcomandante da Ronda Maria da Penha; a Srª Professora Eide Paiva, da Diadorim - Uneb, ativista da Liga Brasileira de Lésbicas; a Srª Copélia Rousseff, Conselheira Estadual de Proteção dos Direitos Humanos do coletivo de entidades negras, e Laina Crisóstomo, presidente da ONG “Tamo Juntas”.

Algumas convidadas que confirmaram presença estão presas no trânsito, mas vamos dar início a nossa sessão ouvindo o nosso Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional) (Palmas)

A Srª PRESIDENTA (Luiza Maia):- Dando continuidade a nossa sessão, quero agradecer a presença de todos e dizer da minha alegria em estar aqui hoje abrindo essa campanha que tem início oficial e formalmente no dia 20 de novembro, que é o Dia da Consciência Negra, e a gente sabe o quanto a mulher negra sofre preconceito e principalmente violência, vários tipos de violência. No mundo, hoje, é uma campanha que 169 países também abraçam e que dá início no dia 25 de novembro, terminando no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Este ano escolhemos o tema “A Violência na Adversidade”, porque temos a compreensão de que são grupos sociais que têm pouca visibilidade e sofrem muita violência e muito preconceito.

Então, meu mandato está sempre próximo de qualquer grupo social que precise de nosso apoio e que ainda não estão com seus direitos assegurados. Por isso, quero registrar aqui a nossa alegria, a nossa satisfação de receber pessoas representantes desses grupos. Acho que a diversidade humana é uma coisa que existe e sempre existiu, mas a gente sabe a carga de preconceito que o nosso Brasil enfrenta no seu dia a dia, principalmente relacionado à vida desses grupos.

Perdemos agora, na discussão do Plano Estadual de Educação, o importante tema de colocar nas nossas escolas, por dez anos, o debate sobre a igualdade de gênero. Uma carga de preconceito, de maldade, de incompreensões de alguns de nossos pares, levou a um acordo malfeito e cedemos a pressões de alguns religiosos que, acho, estão completamente equivocados em relação a esse debate. A escola, a educação, é o ponto principal onde vamos formando as nossas cabeças, os nossos jovens para ter respeito à adversidade humana, respeito a todos os seres humanos. Afinal de contas, os direitos humanos, que comemoramos no dia 10 de dezembro, não fora, declarados só para a metade de alguns seres humanos.

Quero também registrar, neste momento, a preocupação pela qual nosso País tem passado. A nossa pauta agora... Eu digo sempre que quando a gente estava pensando num salto de qualidade de brigar pela paridade dos direitos nossos, pelo respeito à igualdade entre homens e mulheres e todos os outros grupos sociais da nossa sociedade, a gente enfrenta um Congresso reacionário, um golpe parlamentar, um golpe jurídico. E o Brasil hoje, o povo, os grupos sociais organizados têm como principal ponto da sua pauta barrar o retrocesso, não é gente? Porque, realmente, se a gente brincar, vamos chegar ao caos. O povo brasileiro não aceita isso, não merece, as mulheres brasileiras. Foram muitos anos de muitas lutas para conquistar o que a gente conquistou e não vai ser um golpista, um usurpador do poder como é esse presidente, que está aí sendo repudiado pelo povo brasileiro e por muitos grupos sociais e autoridades no mundo, que vai fazer com que a gente retroceda da forma que eles querem. Então, precisamos ficar atentas e organizadas para que possamos barrar o retrocesso.

Quero registrar também minha satisfação de ver presente nesta sessão muitos homens.

Quero convidar, para fazer parte da Mesa, a nossa professora e pesquisadora do NEIM, Sílvia Lúcia Ferreira. (Palmas) Muito prazer, Lúcia, e seja bem-vinda.

Então, concluindo o que eu estava falando na nossa abertura, antes de passar a palavra para as nossas palestrantes para abordarmos, com muita propriedade, esse tema da violência na adversidade, acho que nós mulheres precisamos estar atentas e organizadas. Não vamos aceitar o retrocesso como eles querem nos impor – retrocesso nas conquistas sociais, educacionais, nas conquistas dos direitos humanos.

Estamos vendo que a pauta do Congresso e desse governo é realmente de atender apenas a agenda das elites e da burguesia brasileira. Estão aí fazendo horrores, e o povo brasileiro, nós não temos apoio da grande mídia para mostrar realmente o que tem acontecido em Brasília, mas hoje, graças a Deus, temos a *internet* e precisamos estar atentos para esse momento, porque realmente não é

brincadeira! Esses caras querem levar a gente para o caos ou, então, para os anos 90 quando éramos o País mais desigual do mundo. Os avanços que tivemos durante esses 12, 13 anos, eles estão realmente com um furor para cortar, e não é justo. Este País é um País poderoso, rico, somos ainda a quinta, sexta, economia do mundo. E a riqueza que se produz aqui tem de ser dividida para todos.

Então esta tem de ser a nossa pauta, qual seja, a divisão de riqueza para todos. Esta tem de ser a pauta das mulheres, dos negros, da comunidade LGBT e da diversidade de um modo geral.

Tenho certeza de que, depois desta sessão especial, vamos ampliar a nossa campanha e ampliar a nossa divulgação para dar visibilidade a um grupo social importante que merece ser respeitado, porque a nossa Constituição Federal nos garante isso.

Vamos fazer o enfrentamento da violência contra as mulheres.

Então, viva a diversidade humana!

Afirmo que o mandato da deputada Luiza Maia está, sempre, à disposição de qualquer grupo social para a gente fazer este debate e esta discussão.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Quero chamar, neste momento de alegria e de emoção, para usar a palavra, a nossa companheira Copélia Rousseff. Ela é conselheira Estadual de Proteção dos Direitos Humanos e fará uma pequena palestra sobre as mulheres trans que são, também, mulheres que sofrem todo tipo de violência e têm pouca visibilidade em nossa sociedade.

Com a palavra a Sr^a Copélia Rousseff.

A Sr^a COPÉLIA ROUSSEFF:- Bom-dia a todos.

Sou Copélia Rousseff, conselheira estadual do Conselho Estadual de Proteção dos Direitos Humanos (CEPDH), militante da população LGBT, filiada ao centro Coletivo de Entidades Negras. E, hoje, a meu ver, ao estar presente a esta sessão especial, este é um grande passo.

Agradeço muito à deputada Luiza Maia por possibilitar a participação, nesta sessão especial, da população LGBT e, principalmente, das travestis e das transsexuais, pois essas duas últimas são criminalizadas e rechaçadas pela sociedade. Entenderam? Há, aqui, hoje, uma pessoa que fala sobre elas. Entenderam? É muito importante haver a divulgação de travestis e transsexuais, porque sofremos muito com isso.

Quero relatar aqui um exemplo. Eu e Rânela Márcia vamos, sempre, trabalhar com as meninas das ruas. E, assim, a gente desce, faz o trabalho, coloca gasolina no carro e distribui os preservativos.

Outro dia, às 3h30min da manhã, o meu telefone tocou. À época, eu morava em Piatã. Desci louca para a Pituba, pois um policial havia dado voz de prisão a uma das meninas da rua simplesmente pelo fato de ela estar de biquíni em frente a Perini da Pituba. Ao chegar lá, o policial desceu com a arma em punho e ameaçou bater. A menina tomou porrada e chorou muito. Quando cheguei, os policiais já estavam prontos para levar a menina. Bem, eles não a levaram, porque cheguei e consegui

mobilizar todas as outras. A gente enfrentou esses policiais. A gente disse ao policial que se a menina fosse presa, a gente, também, ia junto com ela. Terminou que ele deixou e foi-se embora.

Então, o que acontece? A sociedade necessita aprender que travestis e transsexuais, também, são pessoas. Já venho da minha militância lutando pelos direitos humanos e dando de cara, sempre, com o retrocesso. Entenderam?

E, agora, melhor, o momento é muito mais preocupante com a atual situação do nosso País e com o retrocesso que estamos vivendo. Os direitos e as conquistas, conseguidos e adquiridos por travestis e transsexuais, estão em jogo por causa de uma disputa política e por causa de um golpe dado em nossa democracia. Entenderam?

Nós, também, sofremos.

Costumo, sempre, dizer que o *gay* e a lésbica, ainda, conseguem passar despercebidos pela sociedade. Mas uma travesti ou uma transsexual, jamais, passará, por qualquer tipo de local, sem ser notada ou sem ser percebida ou sem virar motivo de piada. Entenderam?

Vemos, sempre, através dos meios de comunicação, o modo como nos tratam, qual seja, “ele”, repito, “ele”.

Não. Nós queremos e temos o direito de sermos respeitadas em nossa sociedade.

Para concluir a minha fala, costume, sempre, dizer, também, que a sociedade se acostumou, permite e possibilita haver dois homens pegando em armas, mas esta mesma sociedade não aceita ver dois homens dando as mãos e se amando.

Obrigada. (Muitas palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Muito obrigada, Copélia, por sua contribuição ao nosso debate.

Queria, também, registrar que, segundo a ONU, o Brasil é o País onde mais se mata travestis e transsexuais. Somos o quinto País no mundo onde mais se mata travestis. Precisamos fazer, também, este enfrentamento.

Vou conceder a palavra a Eide Paiva, professora da Uneb, do CEGRES (Centro de Estudos de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade), ativista da Liga Brasileira de Lésbicas que fará, também, uma pequena palestra, a fim de nos colocar a par desta situação.

A Sr^a EIDE PAIVA:- Bom-dia a todas e a todos. Desejo um bom-dia muito especial àquelas pessoas que não se encaixam neste modelo padrão de homem e mulher.

(Lê) “Primeiramente, fora Temer!” (Muitas palmas)

(Lê) “Fora parlamentares aliados e aliadas ao governo golpista, ao governo que, neste momento, está amordaçando as escolas, prendendo estudantes, criminalizando os movimentos sociais, rasgando a Constituição brasileira que, sempre, foi garantida

com o grito e com a luta das mulheres.

Fora Temer! Vaza Temer!

Este é o grito das ruas.

Este é o grito de terror em face da ditadura em curso no Brasil.

Este é o grito de frente para a onda conservadora que toma o mundo.”

Quero saudar e, ao mesmo tempo, agradecer à deputada Luiza Maia não só pela realização desta sessão especial que, para mim, esta é, sobretudo, um espaço de formação e um espaço de exercício da cidadania, mas agradeço, também, à deputada por todo o seu trabalho, por todo o seu empenho e por todo o seu enfrentamento na luta em favor das mulheres e por proteger as mesmas contra as violências sofridas em todas as suas formas e por proteger as mesmas em favor da justiça social”.

Quero, também, saudar toda a Mesa. Cumprimento a minha companheira Copélia do movimento social. Agradeço, da mesma forma, à assessoria da deputada pelo convite feito para participar desta sessão especial e, sobretudo, a Iraildes, pessoa que indicou o meu nome, e, também, à sua assessoria por aceitado a indicação dela.

(Lê) “Como professora militante da Uneb, lésbica política, sapatão convicta, sou forjada em movimentos de educação do Diadorim, do Centro de Estudos de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade (CEGRES) da Uneb e em movimentos de resistência da Liga Brasileira de Lésbica e do Fórum de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia.

Aproveito este instante para expressar solidariedade, respeito e total apoio ao movimento *ocupado*, também chamado ‘Primavera Estudantil’ que ocupou mais de 1.200 escolas e mais de 200 universidades brasileiras, neste momento, em luta contra a reforma do ensino proposta pelo governo golpista e contra a PEC nº 241 que congela, durante 20 anos, os gastos com a educação e com a saúde. Entendo que este movimento se soma a todas as ações de enfrentamento da violência contra as mulheres, que é o foco desta sessão especial.

A juventude se espalha pelas ruas, pelas escolas e pelas universidades ocupadas e esta mesma juventude tem sede do hoje. Meninas e meninos da ocupação estão famintas e famintos pelo agora. Assim bem ressaltou o professor do Ceará.

Essas meninas e esses meninos são os acendedores da nossa esperança e, ao mesmo tempo, eles estão sendo violentados pela polícia que está prendendo, ameaçando e subjugando. Muitos são os relatos que evidenciam a truculência da polícia frente ao movimento de ocupação.

E nós, repito, todas nós estamos em um movimento pelo fim da violência contra as mulheres e devemos nos unir ao movimento contra a escola sem partido, pois, longe da educação, sobretudo da educação ensinada por Paulo Freire, não há o combate à violência, não há a superação da violência contra as mulheres; aqui entendida como uma violação aos direitos humanos.

Assim reconhecendo a educação com consciência como caminho do enfrentamento e superação da violência, o Diadorim/Uneb está realizando esse ano a 10ª edição da sua 'Campanha 16 dias do Ativismo na Uneb pelo Fim da Violência

Contra as Mulheres', trazendo a PEC 247, a lesbofobia, transfobia, bifobia, o racismo e todas as expressões da violência contra as mulheres para o debate, que acontece dentro e fora da universidade.

A Campanha 16 dias do Ativismo na Uneb pelo Fim da Violência Contra as Mulheres é uma ação de educação, é projeto de extensão coordenado por mim e pela minha companheira, Amélia Maraux.

Essa ação, desde a sua primeira edição realizada em 2006, extrapola os muros da universidade, chega até o chão das escolas, chega nas associações de moradores, em terreiros de candomblé e em outros espaços, com o propósito de desnaturalizar e problematizar as múltiplas faces da violência, sobretudo a lesbofobia, uma violência não reconhecida pelo Estado. Uma violência quase sempre invisibilizada pelos programas e projetos de enfrentamento à violência contra as mulheres. Da mesma forma que a bifobia e transfobia, a lesbofobia é invisibilizada nos debates sobre violência contra as mulheres.

No dia 3 de novembro, participei de uma reunião da Comissão Internacional de Direitos Americanos (CIDH) da OEA, como os movimentos sociais, realizada em Salvador. Nessa reunião, a Comissão Interamericana apresentou um dossiê da violência contra pessoas LGBT nas Américas, revelando a LGBTfobia como uma violência estrutural que precisa ser reconhecida e combatida pelos estados. De acordo com o dossiê da CIDH, lésbicas e mulheres bissexuais, ou mulheres identificadas como lésbicas e mulheres bissexuais, são vítimas de estupro corretivo – que é estupro para nos punir com a intenção de mudar a nossa orientação sexual –, de espancamentos coletivos por causa de manifestação pública de afeto; de ataques com ácidos e de entrega forçada a centros que oferecem cura para nossa orientação sexual.

Em reunião específica com as lésbicas e mulheres bissexuais, tivemos a oportunidade de denunciar as violências que sofremos a cada dia por sermos lésbicas e mulheres bissexuais. Em conjunto, nós, participantes dessa reunião, denunciemos o racismo, a lesbofobia e o sexismo como violências que precarizam a vida, invisibilizam, adoecem e matam as mulheres que não aceitam a heterossexualidade como norma. Os relatos de violências vividas e denunciadas apontam o sistema educacional brasileiro como espaço gendrado e generificante. Isto é, espaço estruturado pela hierarquia de gênero e pela supremacia do masculino. Apontam ainda que o espaço educacional é racista, produtor e difusor da supremacia branca. As lésbicas e mulheres bissexuais também denunciaram o sistema de saúde como espaço produtor e difusor de múltiplas violências, pois os profissionais de saúde quase sempre partem do princípio que todas as mulheres são heterossexuais” são ou querem ser mães. Temos relatos de jovens lésbicas que perderam sua virgindade ou hímen em consultórios ginecológicos por ação de lesbofobia de quem as atendeu. “No mundo do trabalho não é diferente: para as lésbicas masculinizadas, sobretudo as lésbicas negras masculinizadas, não há trabalho. No mundo do esporte, também, é a mesma coisa: as jogadoras, as mulheres no esporte não têm visibilidade.

Em síntese, os relatos apresentados pelas lésbicas e mulheres bissexuais para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos revelam que a lesbofobia e a bifobia

no Brasil, assim como a violência sofrida pelas pessoas trans e gays, são sistêmicas e estruturais. Apesar das conquistas de direito alcançadas nos últimos 13 anos, permanecemos invisíveis para o Estado. A invisibilidade lésbica e a invisibilidade das mulheres bissexuais apagam a nossa existência como sujeitas políticas e nos matam.

O Brasil convive com violências cotidianas contra as mulheres, o que resulta um destaque perverso: é o 5º país com maior taxa de assassinatos femininos no mundo, segundo o Mapa da Violência 2015. Mas não existe um mapa da lesbofobia, tampouco da bifobia. Os dados referentes à lesbofobia e à bifobia estão diluídos, perdidos, invisibilizados nos diferentes mapas da violência. Por isso, afirmamos que nomear a lesbofobia e a bifobia é preciso. É preciso conhecer as dimensões da lesbofobia e da bifobia e desnaturalizar práticas enraizadas nas relações pessoais e instituições, que colaboram para a perpetuação da violência contra as mulheres até o desfecho fatal, que é o feminicídio.

No Brasil, não há nenhum sistema oficial de monitoramento das mortes violentas relacionadas à lesbofobia, homofobia e transfobia, mas os mapeamentos feitos pelas ONGs, sobretudo pelo GGB, apontam o Brasil como o país que mais mata a população LGBT: de 2008 a 30 de abril deste ano, foram 845 pessoas assassinadas por LGTBfobia. Isso representa 42% dos casos em todo o mundo.

O preconceito e discriminação contra a população LGBT andam de mãos dadas, manifestam-se nos espaços sociais, da família e do trabalho, quase sempre de forma velada, mas com frequência resultam em violências graves e fatais contra pessoas, por não se encaixarem nas normas sociais hegemônicas que definem as expectativas criadas socialmente para o masculino e o feminino.

É certo que lésbicas e mulheres bissexuais brancas não são afetadas pela violência da mesma forma que as lésbicas e mulheres bissexuais negras. A lesbofobia e a bifobia, assim como a transfobia, são estruturadas pela raça e pela classe social, e o privilégio racial da branquitude e de classe não protegem as lésbicas e as mulheres bissexuais, como não protege as mulheres heterossexuais brancas.

Repito aqui o que as lésbicas e mulheres bissexuais disseram a CIDH: que cada pessoa faça ecoar a nossa voz e a nossa luta em defesa da democracia brasileira, pois longe da democracia não há vida segura.

Por fim, informo que a 10ª edição da 'Campanha 16 dias da UNEB pelo Fim da Violência Contra as Mulheres' será lançada no dia 23 de novembro, no II Congresso "Pensamento de Mulheres Negras", realizado pela Uneb/Diadorim. Esse ano, a chamada da campanha é "somostodasluiza", em homenagem à saudosa feminista Luiza Bairros, que deixou para os movimentos sociais, para a sociedade em geral, sobretudo para a população negra, um grande legado de lutas contra o racismo, com reflexões fundamentais para a compreensão e ação política pela equidade de gênero, raça e sexualidade.

No dia 24, faremos um minicurso durante o Congresso sobre sexualidade, lesbianidade e racismo, depois faremos rodas de conversas em Conceição do Coité, Coração do Maria, Irecê, Eunápolis, Camaçari e outros municípios. No dia 05 de dezembro teremos uma vídeoconferência para discutir a escola sem partido. A

'Campanha 16 dias de ativismo na Uneb', vale reiterar, é uma ação de educação que se soma a todas as ações que afirmam a violência contra as mulheres e a lesbofobia como violações dos direitos humanos. Somos todas Luiza, somos da educação e não toleramos violência.”

E a invisibilidade lésbica. A invisibilidade mata!

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Obrigada, professora.

Quero registrar, com muita alegria, a presença do deputado Aderbal Caldas. Nós precisamos muito do apoio dos homens nessa luta pelo fim da violência contra a mulher. O tema da nossa sessão, deputado, é a violência na diversidade.

Convido para compor a Mesa a nossa vereadora Aladilce Souza. Seja bem-vinda, minha vereadora. (Palmas)

Registro a presença da advogada Márcia Regina Silva de Jesus Ferreira, membro da Comissão da Mulher da OAB; Teodora Sampaio, da Comissão da Diversidade Sexual, representando também a OAB; Jucilane Santana, mestranda, acompanhando aqui a nossa sessão. Ela está fazendo o seu trabalho sobre tráfico de pessoas, outro problema que temos que tratar aqui nesta Casa.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, queremos registrar que esta sessão também acontece pelo apoio e empenho do Coletivo Identidades Negras, que foi uma grande parceira desta sessão, desta nossa organização.

Agora, vamos ouvir a apresentação de um recital de poesias das meninas do Sarau do Gueto. Cadê elas? Já chegaram? Já chegaram. Vamos assistir a essa bela apresentação do Sarau do Gueto.

(Apresentação do Sarau do Gueto) (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Muito obrigada pela presença de vocês. Continuem aqui abrilhantando a nossa sessão. Parabéns pelo trabalho.

Quero registrar as seguintes presenças: Paulete Furacão, coordenadora da Associação LGBT; Laleska D'Capri; Ádile Reis, assessora da Sepromi; Maria Trindade, membro da entidade Mulheres em Ação de Camaçari; Paulo José de Sacramento, do Conselho de Igualdade Racial de Lauro de Freitas; Duciana Mandelli, diretora da Fundação Perseu Abramo; Daniela Maria Marques Falcão Aranha, capitã da PM, representando o nosso querido chefe da Casa Militar, coronel Gomes; Catarina, presidente da Associação de Grêmios Estudantis; e do Coletivo para Todas.

Continuando a sessão, ouviremos a Dr^a Lia Barroso, presidente da Comissão de Proteção aos Direitos da Mulher da OAB-BA.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Com a palavra a Dr^a Lia Barroso, presidente da Comissão de Proteção aos Direitos da Mulher da OAB-BA.

A Sr^a LIA BARROSO:- Bom-dia a todos e a todas.

É um prazer muito grande estar aqui nesta sessão. Quero, inicialmente,

agradecer à deputada Luiza Maia pela iniciativa e, em seguida, cumprimentar a Mesa na pessoa da própria deputada. Sou Lia Barroso, presidente da Comissão Estadual de Proteção aos Direitos da Mulher da OAB-BA. Recebi o convite para participar desta sessão que trata da proteção à mulher, da violência contra a mulher *lato sensu*, assim como à comunidade LGBT.

Por onde passo e por onde tenho a oportunidade de falar, digo sempre que, infelizmente, a violência contra as mulheres e contra todas as outras minorias deste País tem aumentado significativamente. Pergunto sempre: será que aumentou porque está sendo divulgada? Ou será que aumentou porque esses movimentos contrários às minorias, sejam elas mulheres, negros, homossexuais, enfim, tudo o que é diferente da sociedade, sofrem a reprimenda daqueles que se intitulam superiores?

Falo aqui especificamente sobre a questão da mulher porque sou mulher e presido uma Comissão de Proteção aos Direitos da Mulher da OAB-BA. Nos meus 34 anos de advocacia, lido com questões das mais variadas relativas às mulheres, até porque milito muito na área de família e conheço as inúmeras dificuldades por que passam, principalmente, as mulheres de classe baixa.

A violência grassa em todos os aspectos. Digo sempre que ela não tem cor nem raça e acontece na cidade, no interior, nos bairros de luxo, nas periferias e nas favelas. É uma praga, uma verdadeira praga. Por quê? Porque ao longo dos anos, dos séculos, as mulheres sempre foram tratadas como objetos, como seres de menor importância. Inclusive na minha classe, a dos advogados. A mulher só teve a oportunidade de participar como advogada, inclusive na nossa própria instituição, depois de uma luta muito grande. No início, não era OAB, era Instituto Brasileiro de Advocacia, que permitia o ingresso de homens e mulheres nos quadros da sua instituição, mas sabemos que as mulheres sofriam uma resistência muito grande de não participação. Porque se dizia que a classe de advogados só devia admitir quem tinha liberdade, quem tinha posição altaneira, quem era dono do seu nariz, e mulheres não poderiam participar porque não eram donas do seu nariz. A nossa pioneira, a nossa guerreira nessa seara de luta foi Mirtes Gomes, uma carioca do Estado de Niterói. Há aproximadamente 85 anos, ela lutou muito e conseguiu ser admitida como a primeira advogada inscrita nos quadros da instituição.

Vocês verificam que no mundo acadêmico, no mundo intelectual, a dificuldade é tamanha - quem chega a ser advogado, quem consegue cursar a universidade já passou por muitos benefícios ou já teve muitas oportunidades - agora, imaginem a mulher pobre, a mulher da periferia, a mulher negra, essas dificuldades são muito maiores.

Gostaria de ressaltar a questão da violência. Infelizmente, as páginas policiais, as TV's, as rádios, enfim, a comunicação, de um modo geral, vem noticiando dia e noite, noite e dia, essa barbárie, é realmente um absurdo. Porque a violência contra a mulher, seja lá de que classe for, de que cor for, de que posição for, do interior ou da capital, da roça ou da cidade, do asfalto ou da periferia, é quase a mesma. É claro que existe uma piora, um agravamento para as mulheres pobres, para as mulheres negras, para as mulheres da periferia. Essas perdem 2 vezes, perdem por ser mulher e perdem

por se encontrarem num extrato social ainda muito difícil.

Fazendo aqui um parêntese em relação à comunidade LGBT, que também passa por uma situação terrível. Todo dia escutamos nos mesmos meios de comunicação, sejam eles TV, rádio, jornal, *facebook*, as redes sociais, sobre a violência sobre ela. Por quê? Porque está em jogo uma coisa muito importante, o valor do ser humano e a sua liberdade. Cada qual tem o direito de fazer do seu corpo o que quiser. Se ele permite, se ele quer ou se ela quer, é problema dela, problema dele. Mas o que ocorre? Ocorre que não se respeita a individualidade de cada um, a vontade de cada um, e parte para a violência para impor os seus conceitos, as suas vontades. E isso não pode acontecer.

Hoje, nós mulheres, apesar de todas as dificuldades e dessa luta secular para a proteção aos direitos da mulher, temos a Lei Maria da Penha que, felizmente, deu um freio de arrumação na escalada da violência doméstica onde a coisa é, realmente, muito feia, diga-se de passagem. Mas entendo que como seres que merecem também o nosso respeito, a comunidade LGBT precisa de leis que a proteja. Na verdade, a mulher tem essa proteção, mas precisa de mais. A inclusão do feminicídio no Código Penal foi um grande avanço, mas também a comunidade LGBT precisa, necessita e merece a proteção do Estado, o respeito da sociedade e o respeito da família tanto quanto as mulheres, tanto quanto outros segmentos que são considerados minorias. Infelizmente, a questão racial também é outro problema semelhante ao da comunidade LGBT, e semelhante também às mulheres. Posso dizer isso com uma certa felicidade e folga, porque apesar de tudo, de toda essa problemática que envolve a violência contra a mulher, seja ela sexual, física, moral, patrimonial, todas elas, mas temos, hoje, uma certa proteção do Estado. Temos um movimento mais amplo de proteção, de divulgação, de contestação, que já nos dá uma certa garantia. E os LGBTs não têm. E precisam também dessa proteção.

Então, como presidente da Comissão de Proteção aos Direitos da Mulher, quero estender a minha solidariedade, o meu apoio também a este setor diverso da sociedade e também importante, porque quando se trata de ser humano pouco importa quem seja, é um ser humano e merece o nosso respeito. Colocar aqui a minha comissão à disposição e agradecer pela oportunidade. Bom-dia!

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Muito obrigada a você também, Dr^a Lia.

Agora vamos ouvir a palavra do Defensor Público Rodrigo Alves, e dizer a ele da nossa alegria de ele estar aqui participando desta sessão importante para a luta das mulheres pelo fim da violência. Avise lá ao nosso Defensor-Geral e a toda a Defensoria que temos uma grande satisfação pela parceria que eles têm conosco aqui em nossas batalhas.

O Sr. RODRIGO ALVES:- Muito obrigado pela oportunidade, de prelúdio, em nome da Defensoria Pública saúdo a ilustre Mesa, ressaltando a honra de estar ladeado por pessoas da mais alta honorabilidade e com ensejo ainda para parabenizar

a nobre deputada Luiza Maia, que teve a iniciativa de promover este evento tão importante e oportuno por tratar de temas que ainda afligem demais a nossa sociedade.

Dito isso, permitam apresentar-me, sou Defensor Público e atuo na Segunda Vara, uma das varas de violência doméstica e familiar contra a mulher da capital. Nessa condição, farei um pronunciamento breve, posso compartilhar um pouco da minha experiência já que lido diuturnamente com esse tipo de questão. A violência contra a mulher se apresenta das mais diversas formas e das mais nefastas também, desde a constante humilhação e desvalorização, como um caso que já peguei em que o companheiro dizia diariamente para a sua mulher, que ela era uma inútil, imprestável e que nem para cozinhar servia, essa é a violência psíquica. Parte desse tipo de conduta e das mais diversas até as mais graves como a violência física propriamente dita e o feminicídio, que é esse hediondo crime que acomete tantas mulheres ainda hoje em que sua vida é tirada em razão da sua vulnerabilidade, em razão do gênero.

Ainda exemplificando como a violência se apresenta, recordo de um caso que para mim foi emblemático em que depois de muito perseguir e importunar de todas as formas sua esposa, e a justiça ter atuado e concedido as medidas de proteção cabíveis para aquela mulher, não satisfeito o homem entrou em contato com a companhia de energia elétrica do Estado e determinou que ela cortasse a energia da casa daquela mulher. Apenas para constrangê-la, para humilhá-la, para fazer com que ela perdesse os produtos que estavam em sua geladeira. Isso são exemplos de como a violência pode ser sutil e que existem mais formas de violência que devem ser combatidas.

Não posso deixar de me furtar aqui já que isso foi tão tratado sobre o tema da diversidade. E realmente como muito bem colocou a palestrante anterior, é imprescindível, é crucial para o nosso País que uma legislação seja concebida com o fim específico de proteger esse segmento tão vulnerável da nossa sociedade, que é o segmento LGBT. Atualmente, nós percebemos que quando o legislador identifica um grupo que tem uma certa vulnerabilidade e que precisa de uma proteção maior do Estado, o que ele faz? Cria uma lei específica e protetiva para aquele grupo. Assim foi com os idosos com o “Estatuto do Idoso”, assim com as crianças e adolescentes, “Estatuto da Criança e do Adolescente”; assim como a mulher, com a “Lei Maria da Penha”, fruto de uma luta muito grande e resultado de uma condenação sofrida pelo País no âmbito internacional, porque não protegia adequadamente as mulheres aqui, o célebre caso Maria da Penha, que foi levado à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, que, analisando aquela situação, disse: “Não, o Brasil não está adotando medidas efetivas para garantir a proteção da mulher.”

Hoje, afirmo que o Brasil não está adotando as medidas necessárias e indispensáveis para garantir também a proteção do LGBT. A situação atual é muito grave.

Exemplo: Uma mulher trans, que convive com seu companheiro e é agredida, dirige-se a uma Vara de Violência Doméstica e Familiar para pedir uma medida. Ela ficará a depender do entendimento daquele juiz. Se ele entender que ela é homem, a

questão terá de ser resolvida como mera briga entre dois homens, e não como uma violência doméstica e familiar.

É por isso que urge que a legislação protetiva seja concebida para que o LGBT não fique ao bel-prazer do julgador, que, segundo o seu critério e a sua interpretação, dirá: “Não. Para ela, eu aplicarei as medidas protetivas da Lei Maria da Penha, mas para essa aqui não aplicarei.”

Caminhando para o final do meu pronunciamento, devo destacar que situações como todas essas que foram narradas aqui demonstram a importância de um evento como o presente. Alegro-me muito ver que existem pessoas comprometidas com a erradicação de toda e qualquer forma de violência contra a mulher, contra o LGBT, contra a mulher negra, porque tudo isso é o produto cultural de uma sociedade machista, patriarcal, racista e misógina.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Obrigada, Dr. Rodrigo. (Palmas)

Quero registrar a presença do nosso “regueiro” Edy Vox, que também é parceiro das mulheres nesta luta. Uma salva de palmas para o nosso cantor de *reggae*. (Palmas) Registro igualmente a presença do companheiro Edísio Nunes, da Secretaria de Relações Institucionais, que é um outro grande parceiro nosso há muito tempo; do companheiro Jha, da Associação Vamos Nessa, do Lobato; da nossa querida companheira Sandra Munhoz, coordenadora da Rede de Atenção à Violência Contra as Mulheres - é um prazer tê-la aqui conosco, Sandrinha; de Gilberto Júnior, do Coletivo LGBT, de Camaçari; de Jamile Conceição, da Ajuna, Associação da Juventude Nova Aliança.

Agradeço a presença de todos.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Dando continuidade à nossa importante sessão pelo fim da violência contra a mulher, debatendo este ano a Violência na Diversidade, quero chamar Laina Crisóstomo, da ONG TamoJuntas, grupo de advogadas que atendem de forma gratuita mulheres vítimas de violência. (Palmas)

A Sr^a LAINA CRISÓSTOMO:- Bom-dia a todas, porque somos maioria. Os homens que se sintam contemplados, porque a Língua Portuguesa é muito machista. O comum de dois é nosso agora!

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui. É muito importante para mim, especialmente com essa quantidade de adolescentes estudantes. Estava falando isto para minha colega. Dizia que esta é a nossa única esperança, a formação de meninos e meninas que estão ocupando as escolas, arrasando, dando uma lição do que é democracia. Não saberemos o que será do Brasil daqui a 20, 30 anos se não forem elas e eles.

Tenho uma filha de três anos e quero que este País seja um país diferente para ela. Ontem, eu lhe dizia: “Filha, não iremos mais aos Estados Unidos porque tem um mau que governa. Não iremos à Argentina porque tem um homem pior.” Mas como é

que ficamos no Brasil se temos um homem horroroso governando este País? Vamos para onde? Queria quebrar esses ditames.

Quero agradecer à deputada e saudar a Mesa e a plateia através de uma pessoa maravilhosa que amo demais. Vou chorar, porque ela está vivendo uma situação de mais complicações, mais problemas, mais lutas. Mas tenho certeza de que sairá vitoriosa de tudo isto: é Sandra Munhoz! (Palmas)

Entre a gente, brinco que toda mulher que chega para a gente agredida e não consegue dar queixa na DEAM, ela foi com Sandra e consegue. Sandra é uma mulher de luta, é ativista, e a gente sabe o quanto é importante para a gente. E vê-la com essa careca, pode ter certeza de que ela está aqui feliz e contente. Com certeza tudo isto vai passar, e você vai estar mais forte ainda quando terminar. Eu choro, sou muito chorona, acho que a gente precisa ter emoção.

Quando fui convidada para falar, Day disse assim: “São 5 minutos.” Eu disse: “Meu Deus, como falar de tanto problema em 5 minutos?!” A gente não tem como falar de 16 dias de ativismo. O ativismo da gente é diário. Aí, quando a gente fala dos números da violência, não dá para a gente não falar que uma mulher é agredida a cada 15 segundos, que uma mulher é morta a cada uma hora e meia, que uma mulher é estuprada a cada 11 minutos. Não para a gente falar em combate à violência em 16 dias. A gente tem de falar do combate à violência o ano inteiro, o tempo todo. Todas as vezes que falo da violência contra a mulher, conto quantas pessoas há e digo: “Oh, essa parte aqui não vai ter no final do dia.” Parece até assustador, parece triste, parece frustrante e parece até grosseiro e agressivo. Mas, se a gente não pensar que qualquer uma de nós pode estar morta no final do dia, a gente não consegue combater a violência contra a mulher. Se a gente não consegue imaginar que a violência vai tocar os nossos corpos, a gente não consegue entender a gravidade do que é isso que está acontecendo com a gente.

Quando a gente fala sobre o governo temeroso que a gente vive e que a gente vai perder direito pra “zorra”, tenho muito medo que Bolsonaro ganhe, porque são os nossos corpos - os corpos de mulheres lésbicas, os corpos de mulheres bissexuais, trans, travestis - que vão ser violentados, pois ele é misógino, é extremamente agressivo e não tem medo de dizer que vai matar e estuprar. É isso que me assusta! A ideologia perversa desse cristianismo que não conheço. Desconheço totalmente este “deus” maluco que eles inventaram, que é perverso, mata, oprime, estupra e acha que tudo isso é validado.

A gente precisa pensar que ou a gente se une ou a gente morre junta. Ou a gente é estuprada junta, ou a gente é agredida junta, ou a gente começa a entender que feminismo é necessário para fazer revolução. Senão, no final de hoje, vão ser 16. Amanhã, 32. E depois, 48. Então, no final deste ano, teremos sido dizimadas.

Precisamos entender que necessitamos lutar de mãos dadas sem disputar, sem pregar, sem julgar, sem questionar, sem falar que a coleguinha está de vestido curto. Quando cheguei, disse: “Gente, o pessoal deve estar achando que estou com sutiã sensual, mas é um *top*. E se fosse sutiã sensual, minha gente, quem é que tem a ver com isso?! Agora vejam: o corpo é meu! Se eu quisesse vir nua, não podia! (Risos)

Portanto, que a gente repense as nossas relações, as nossas posições!

Queria falar muito breve sobre a Rede. Não para falar de combate à violência sem falar da Rede. Todo mundo ia falando, eu dizia: “Meu Deus! Meu Deus! Mais coisas!” A gente precisa entender que essa mulher que sofre violência precisa de uma Rede forte e unida.

Mas hoje o que temos não é uma Rede forte e unida, e sim fragilizada, precarizada, porque nós, as mulheres, não somos prioridade para o Estado. A nossa DEAM não funciona 24 horas. A culpa não é dela, não. A culpa é do secretário da Segurança Pública, que não quer investir dinheiro para que haja uma DEAM 24 horas. Existe uma norma técnica do governo federal que diz que tem de funcionar 24 horas. As mulheres sofrem violência à noite, sofrem violência no final de semana, quando a cachaça rola e ele bate dizendo que está batendo por causa da droga e da cachaça.

E, se a gente não tem um Ministério Público sensível para entender que uma agressão psicológica pode fazer com que essa mulher agredida se suicide e ele denuncia apenas como ameaça, a gente também não vai ter efetividade numa lei que existe já há 10 anos. Se a gente não tem essa efetividade em algo que existe faz uma década, imaginem a Lei de Feminicídio, que nasceu ontem, ainda é bebê! Então, como é que a gente vai conseguir que tudo isso funcione?

Aí, a gente tem de falar também da Defensoria. Existe uma fragilidade tanto de recurso como de pessoas sensíveis. Já falei com a Dr^a Eva que a gente não pode obrigar as pessoas a ter empatia. No entanto a gente tem de obrigar as pessoas a ter profissionalismo e respeito com as outras. A gente precisa de toda uma Rede que funcione efetivamente. A gente tinha um projeto no governo Dilma, “A Casa da Mulher Brasileira”, que seria maravilhoso mas não vai sair do papel. A gente não tem uma Rede que funcione. Essa mulher agredida vai à DEAM de Brotas. Aí ela sai da Deam de Brotas, no Engenho Velho, com o documento para fazer corpo de delito. De lá ela vai para o IML – espaço horroroso – e faz o corpo e delito; do corpo e delito, ela vai para o Nudem para fazer a solicitação da medida protetiva. Mas para ir para o Nudem, ela sai do IML, do Nina Rodrigues, no Dique, para ir para o CAB, tudo com dinheiro do bolso dela, gatinhas! E aí? Essa mulher está fragilizada, agredida, com o psicológico lenhado. Essa mulher vai ter força? A lei não funciona.

Quero contar para vocês esse segredo: a lei não funciona. A lei é maravilhosa, é a terceira melhor lei do mundo, mas não funciona, porque nós que somos advogadas voluntárias, a gente pratica advocacia *pro bono*. A gente foi fiscalizada, inclusive, pela OAB. Perguntavam para a gente: “E aí, esse negócio é *pro bono* mesmo? Como é isso?” Porque nenhuma categoria gosta de ver gente atuando de forma voluntária, gratuita, porque isso é coisa para pobre, e para pobre não é legal. Eu não escolhi ser tributarista justamente porque não sou rica, eu trabalho com direito social. Mas a gente precisa entender por que tudo não funciona.

Quando a gente vê uma mulher que não consegue dar prosseguimento ao processo, ela não é descarada e gosta de apanhar. Ela não está tendo força para reagir diante de anos de violência. Então a gente precisa segurar na mão e levar. Antes de

julgar, a gente precisa segurar na mão e levar.

Aí, convido os homens que estão aqui, porque acho que é importante que os homens repensem as falas, repensem os olhares, repensem as posturas que têm tomado diante de colegas. Às vezes o machismo e a masculinidade obrigam que esses homens sejam extremamente machistas, mas repensem tudo isso. Porque não dá para dialogar opressão de mulheres só com mulheres. Quem nos agride são os homens.

Então a gente precisa repensar todas as nossas relações, especialmente dos esquerdo-machos, que se têm validado desse discursinho de luta por direitos humanos para bater em mulher, para estuprar mulher e para dizer: “Ó, estou ileso, não fiz nada.” A gente tem inúmeros casos de assistidas que são agredidas por esquerdo-machos.

Então, quero deixar aqui pra vocês uma reflexão de que a gente precisa se unir, se fortalecer e lutar juntas. Mas todas as vezes que a gente vir alguma coisa errada, que a gente denuncie, que a gente tenha coragem, que a gente não se cale diante das injustiças e das violações dos direitos humanos. Toda a vez que a gente vir uma mulher passando na rua de shortinho curto e que um cara mexer, que a gente não julgue, pelo contrário, que a gente brigue com o cara que está mexendo, porque o corpo é dela, as regras são dela e, se ela quiser andar nua, ninguém tem o direito de fazer nada com o corpo dela.

Era isso que eu queria falar. (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Valeu, Laina. Muito obrigada pela sua contribuição.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Agora vou convidar a capitã da Polícia Militar Paula Queirós, da Ronda Maria da Penha, para também fazer uso da palavra. Agradeço pela presença.

A Sr^a CAPITÃ PM PAULA QUEIRÓS:- Meu bom-dia solene a todas e todos presentes. Quero agradecer, mais uma vez, o convite da deputada Luiza Maia, bem como a presença de outras pessoas que, no dia a dia, contrariando tudo que a gente vê e tudo que a gente ouve falar e tudo que a gente percebe e sente na pele, se ocupam com as questões da mulher. Existe um grupo que, hoje, tem um trabalho voltado para o enfrentamento de violência contra a mulher.

Nós temos alguns empenhos que superam as instituições, são empenhos pessoais, mas empenhos pessoais que se conseguem manifestar em razão da legislação existente, em razão da confiança das pessoas.

Sou subcomandante da Operação Ronda Maria da Penha, uma iniciativa que ganhou corpo em 08 de março do ano passado e que, hoje, protege 629 mulheres no Estado da Bahia. É um número muito pequeno diante da realidade, mas é um número que, com um projeto-piloto, a gente consegue alcançar. E a gente acaba, às vezes, alcançando até mais do que esse projeto-piloto, porque, quando num sábado a delegada liga para a capitã – em tese, estariam as duas de folga – e conta a história de

uma mulher que procurou a DEAM, numa quinta-feira, para dizer que não suportava mais viver, há 2 anos, as torturas todos os finais de semana. Naquele dia o agressor iria iniciar a sua sessão de tortura, e quando a mãe interveio na situação ela teve a falangeta de um dos dedos decepada. Essa delegada fala assim: “Capitã, sei que a função da ronda é acompanhar as mulheres que têm medida protetiva de urgência; essa mulher não tem medida protetiva de urgência, mas está apavorada na delegacia. Precisamos pegar esse agressor em flagrante”.

E aí única equipe que estava na rua – porque nós realmente somos ainda somos projeto-piloto, então nossos recursos são bem parcos – vai e consegue prender o agressor. Este tem uma postura indiferente na delegacia, cuja única pergunta é: “Eu vou ficar aqui?” Aí o policial que fez a prisão liga dando a notícia estarrecedora de que a mulher tinha o corpo todo queimado com ferro de passar roupa.

Mas, apesar de a história ser desastrosa, desumana, existe um grupo de servidores públicos humanos que têm a sensibilidade e a responsabilidade de olhar e de cuidar desse outro ser humano. Estamos aqui nesse esforço. Precisamos que a sociedade tenha essa consciência e busque fortalecer o trabalho existente, um trabalho que, como já falei, muitas vezes segue a partir de empenhos pessoais. É necessário que todos nós, poder público e sociedade, estejamos unidos e cobrando de quem de direito que as ações saiam do papel e ganhem corpo.

Precisamos conscientizar as pessoas, porque já foi dito desta tribuna que isso é uma reprodução da cultura. Nós precisamos superar essa cultura; nós precisamos falar a esses homens; nós precisamos falar a essas mulheres. Nós precisamos esclarecer o que é a violência, para que ele não cometa e ela não sofra; nós precisamos falar de respeito, para que a diversidade seja respeitada; nós precisamos falar de educação, para haver a perspectiva de um mundo melhor. E a partir daí, sim, a fala sair dos livros para começarmos, na prática, a construir uma sociedade de paz. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Obrigada, nossa querida capitã.

Vamos ouvir agora a advogada Andrea Marques, que é da Comissão Especial da Mulher Advogada da OAB-BA e grande parceira do nosso mandato e das nossas lutas.

Enquanto Andrea chega à tribuna, quero registrar e agradecer a presença dos alunos do Colégio Nossa Senhora da Luz, da Pituba, e do Colégio Estadual Teixeira de Freitas. (Palmas) Obrigada pela presença. É bom que vocês nos acompanhem aqui para entenderem esse processo, aprendendo a mudar, inclusive, a prática e o exercício da política neste nosso Brasil complicado.

A Sr^a ANDREA MARQUES:- Obrigada, deputada.

Bom-dia aos alunos. É excelente o entusiasmo de todos em relação a um assunto tão polêmico, a violência. Quando a gente está falando de gênero, de violência de gênero, muitos perguntam: “Isso existe ainda?” Existem pessoas que têm a coragem de perguntar, quando a gente está nessa defesa, se isso existe ainda. É claro

que existe, é hipocrisia total da sociedade esse tipo de comentário.

A OAB, da qual sou também conselheira, tem de mudar mais em relação a alguns olhares. Mas temos avançado bastante nestes últimos 3 ou 4 anos em relação aos direitos humanos. Isso é muito importante, porque nós tivemos a oportunidade, nos últimos anos, de ter contato com alguns temas de extrema relevância. Por exemplo, o tráfico humano, do qual os transgêneros, as mulheres e as adolescentes são as vítimas principais. Esse é um problema muito grave aqui em Salvador e também em Recife, que são as duas cidades mais perigosas.

Este movimento dos 16 Dias não é apenas aqui em Salvador; é mundial. Estamos todos voltados para as questões de violência de gênero nesses dias que se iniciam aqui em novembro. E tenho de pontuar uma coisa importante em relação à ONG Tamo Juntas, destacando que Laina, além dessa força, dessa vibração, dessa energia na luta de gênero, ela também tem o lado técnico, o profissionalismo como advogada e o cuidado de ter ido até a nossa comissão para efetivamente saber se poderia ou não fazer a advocacia *pro bono*. E a alertamos em relação a algumas advogadas que poderiam se infiltrar no grupo para angariar clientela de maneira fácil. Quanto a isso, ela está atenta; ela é retada, é uma pessoa extremamente positiva em relação às nossas lutas.

Algo me chama a atenção em relação às prostitutas, à baixa prostituição, às mulheres, aos transgêneros e transsexuais que são agredidas aqui de Salvador nas nossas ruas escuras, mal iluminadas, nos nossos guetos. A Prefeitura precisa iluminar mais as nossas ruas e avenidas, porque isso coíbe; quando se coloca luz, os ratos vão embora, eles não ficam onde tem muita luz. E é por isso que os crimes de estupro de rua, a maioria – não falo do doméstico, que temos maior dificuldade de combater –, são cometidos muito mais à noite do que durante o dia.

Mas a rua também é nossa, não é, gente? Temos o direito de estar na rua durante a madrugada. Às vezes, perguntam: “O que ela estava fazendo na rua de madrugada?” Ora, estava usufruindo o direito dela de ir e vir, de propriedade dela em relação ao espaço urbano. Precisamos ter direito de andar na rua e de sermos quem somos. E também temos de ter o direito número um, que é o direito ao afeto, e o afeto não tem sexo.

As relações afetivas transcendem o corpo biológico, o amor é muito maior do que qualquer limite que queiramos dar a ele. E a sociedade humana ainda não entendeu isso. Preocupa-me muito o fato de o presidente eleito americano ser um misógino, um machista, um racista, um xenófobo – ele também não suporta quem não seja americano. Esse é um fato extremamente preocupante que nos faz lembrar a era de Hitler. E não podemos admitir um retrocesso no mundo, que já avançou tanto.

Teve agora uma reportagem sobre a Noruega na qual apareceu a imagem – ao fundo, não era o motivo da matéria – de dois homens levando os seus carrinhos de bebês e conversando. Fiquei pensando: “Puxa, eu queria que isso acontecesse aqui no Brasil, que um ligasse para o outro e perguntasse:

– Está fazendo o quê, rei?

- Estou de boeira.
- Vamos sair, vamos levar João e Pedro para passearem na praça?
- Vamos, não estou fazendo nada.”

É isso aí, não importa se a mulher está em casa dormindo, se está trabalhando, mas entender a maternidade e a paternidade como algo da responsabilidade dos dois e não apenas da mulher. Parar de sexualizar tudo; isso aqui é de mulher e isso aqui é de homem. Chega.

Fiz uma vez um texto a respeito da cor rosa, da cor azul. Na verdade, essa é uma invenção da Johnson & Johnson, lá do início do século XX, para vender seus produtos. Não existia cor, a cor não tem sexo, você pode usar o rosa, o azul e isso pouco importa. Mas há pouco tempo se dizia assim: “Olhe, você não estude muito, não fique muito inteligente, porque homem não gosta de mulher muito inteligente, não. Homem só gosta de mulher boazuda, que fale pouco. De mulher que fala muito homem não gosta porque ele não quer se sentir inferior”.

Ou seja, os homens são educados para se sentirem superiores. E eles se acham. Não digo vocês que estão aqui e têm a cabeça aberta, eu digo os outros. E esse tipo de violência a gente cresce com ela. E falo sobre abaixo a prostituição da Bahia, porque todo mundo é perverso com a prostituta pobre. E aí não importa se ela é transsexual, se é mulher ou não, ela está ali se prostituindo. E elas têm os dados, elas vieram ainda crianças para aqui. Muitas ainda são crianças – muitas, não todas. A gente viu essa realidade num evento que fizemos também com a deputada Luiza Maia, ouvimos alguns relatos. E elas não sabem nem ler nem escrever. Também ninguém está se importando se ela sabe ler ou escrever; se ela teve escolha, opção de profissão. Ninguém se importa muito com isso. Foram todas despejadas da Ladeira da Montanha e ninguém sabe para onde foram, onde estão essas mulheres.

Agora, quando você vai perguntar a uma ou a outra o que foi que aconteceu com elas, sabe o que aconteceu? Muitas delas foram violentadas pelos próprios irmãos, pelos pais. Esse tipo de violência em casa não é do marido, do companheiro, que achou, que pegou e acha que é o dono; porque a sociedade de consumo acha que tudo que a gente adquire é nosso. Então, se o homem pagou e está, ali, botando comida em casa, ele acha que é o dono daquele corpo. Não, é a relação de afeto que é dizimada, que é quebrada dentro da família. São casos absurdos, casos tristes, terríveis, de irmãos, tios, pais que acham que a menina está com 11, 12 anos e já é dele, porque ele tem que ser o primeiro homem dela.

São coisas tão absurdas, é tão abjeta essa realidade que nos trazem. Aí elas crescem e, com 16, 18 anos, estão nas ruas com um *short*, analfabeta, pobre, e todo mundo apontando: “A puta, a prostituta”. Isso e aquilo. Gente, pelo amor de Deus, ela é vítima de tudo, de tudo!

Quando a gente fala em trans homem, que ainda é mais invisível do que a trans mulher, porque, quando a mulher quer ser homem, quer assumir a sua identidade de gênero como homem, ela tem muito mais dificuldade de aceitação social... As lésbicas são muito mais rechaçadas na individualidade delas do que os homens.

Na hora que você vai ao salão de beleza todo mundo quer ser amiga de um homem que é homossexual, mas com a mulher já é mais difícil. A mulher negra sofre o tempo inteiro aqui. Eu tenho vivido algumas situações que me deixam envergonhada. Envergonhada porque estou numa posição de privilégio: eu sou branca, eu sou hétero, posso andar com o meu marido de mãos dadas e ninguém vai falar nada. Mas o meu amigo não pode andar com o companheiro dele de mãos dadas na rua.

Teodora Sampaio, uma advogada que está aqui presente, está representando a Comissão da Diversidade, cujo presidente, Filipe Garbelotto, é casado com Adriano. Eles são pessoas maravilhosas, como as pessoas são maravilhosas, mas eles não podem às vezes expressar o brilhantismo que tem em cada um deles porque eles não são aceitos num grupo. Você rechaça o ser humano antes de conhecer.

O que mais me traz preocupação, e agora com a novidade dos Estados Unidos, é que esse retrocesso que a gente está vivendo pode acabar atingindo a nossa população mais jovem, as crianças, por conta da falta de sensibilidade do nosso Parlamento – digo o parlamento estadual e também o federal – em relação à educação de gênero. Já está na hora de entender a diferença entre gênero e sexo; está na hora de entender o que é biologia e o que é afeto. A gente está atrasada demais em relação a isso.

Então, acredito que o tema que a deputada Luiza Maia escolheu para ser a abertura dos 16 dias de ativismo nesta Casa foi excelente. Eu tenho, realmente, que parabenizá-la. O tema diversidade é um tema que merece a redação do ENEM. No ano passado a redação do ENEM foi a violência contra a mulher, este ano foi intolerância religiosa. Eu espero que a gente debata mais o tema da diversidade. Precisamos entender que o corpo é nosso, o direito de propriedade é nosso, e a sociedade não vai mais fechar os olhos para a existência de mulheres e homens que têm diversidade sexual e orientação sexual diferente dos outros. O Brasil, Salvador, a Bahia, tudo isso nos pertence. O espaço é nosso, a rua é nossa! Não é do branco, do hétero, da polícia, não: é nosso! Então esse direito é nosso.

Estamos avançando, a OAB precisa mudar. A OAB é uma instituição extremamente tradicional. A gente fala que pode até mudar mais a OAB Salvador, aqui, na Bahia, mas a OAB tem representatividade em 26 Estados, e há ainda o Conselho Federal, de uma tradição que vem obviamente do machismo, com um enrijecimento do que é tradicional, do que conservador, do que é o correto, do que é regramento. E não se enganem, instituições que são ligadas ao Estado têm muito mais dificuldade de mudar do que as outras que são formadas pela sociedade de maneira mais pura. Mas a gente vai conseguir. Tenho muita esperança em relação a isso.

Muito obrigada pela oportunidade e parabéns a vocês. (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Muito obrigada a você, querida Andréa.
(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Quero registrar também a presença da

assessoria da deputada Fabíola Mansur, a nossa presidente da Comissão dos Direitos da Mulher, que não está aqui hoje porque está em viagem, representando nosso Parlamento na China. Está longe a nossa querida deputada, que é também uma parceira de todas essas nossas lutas no comando dessa Comissão.

Ouviremos agora a nossa querida, combativa, retada, vereadora Aladilce, que é da Comissão da Mulher na Câmara Municipal de Salvador. Obrigada pela sua presença.

A Sr^a ALADILCE:- Bom dia a todas e todos, quero abraçar cada uma de vocês que estão na Mesa. São mulheres e um defensor especiais, que têm contribuído, de maneira decisiva, na nossa cidade, no nosso Estado, para esse debate, que é difícil, importante, mas que a gente vai levando.

Quero pedir uma salva de palmas para a deputada Luiza Maia. (Palmas)

Luiza é uma das deputadas daqui da Assembleia Legislativa – acho que todo mundo concorda – que mais se notabilizou até hoje na defesa das mulheres. Marcou época aqui com a Lei Antibaixaria, que trouxe uma polêmica muito grande à sociedade. Mas eu quero, aqui, Luiza, dizer da minha admiração por essa batalha que, de maneira corajosa, você vem levando aqui no nosso Estado. Salvador aprovou também: na esteira do processo da Assembleia Legislativa, nós também aprovamos no Município uma Lei Antibaixaria, que tem servido para, especialmente no Carnaval, tentarmos regular um pouco, controlar e evitar que as músicas que depreciam a mulher, que incitam a violência sejam tocadas nas bandas pagas com o dinheiro público. Então, foi uma grande contribuição esse projeto, e a gente tem buscado fazer com que seja efetivo no Estado e aqui na nossa cidade.

São muitas coisas. Como disse Laila, é muita coisa. Acho que os 16 dias de ativismo servem para marcarmos esse período, mas, sobretudo, para refletirmos que precisamos, todos os dias do ano e em todos os momentos, debater a questão da violência contra a mulher e especialmente a violência contra a população LGBT.

Quando cheguei, a sessão já havia começado, mas é bom a gente trazer alguns dados, tive o cuidado de buscá-los. O GGB tem um banco de dados que é atualizado diariamente sobre a magnitude da violência contra a população LGBT. Primeiro dizer que, desde 2011, o Brasil tem tido decisões no âmbito da Justiça favoráveis a uniões homoafetivas. Mas, apesar disso, os índices de violência e de assassinatos contra essa população ainda são muito grandes, são estarrecedores. Esse banco de dados do GGB registra, em 2015, 318 mortos – um crime de ódio a cada 27 horas – 52% gays; 37% travestis; 16% lésbicas; 10% bissexuais, e ainda tem aquele percentual que é menor dos que são confundidos com homossexuais. A Bahia é o segundo estado que mais mata. O Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo.

A Secretaria de Direitos Humanos registra também, em 2011, que de um ano para o outro, tivemos um crescimento de 183% de mortes nessa população. Então, é uma tragédia. É um absurdo. Todas as pessoas, todas as companheiras que falaram aqui falaram sobre a indignação de nós termos essa realidade da violência contra a mulher e da violência contra pessoas homossexuais, que é mais grave ainda.

Queria lembrar que, além de procuramos justificativas para essa realidade no comportamento, na cultura sexista, na cultura patriarcal, no machismo, nós precisamos pensar que estamos vivendo um momento – também já foi dito aqui – no mundo de uma onda conservadora, que para mim é o maior desafio. Nos últimos anos, tivemos um avanço. Começamos a debater questões que eram tabus, porque, há pouco tempo, nós tínhamos ainda essa realidade de assassinatos, de violência contra gays, lésbicas, transexuais e transgêneros. Mas há pouco tempo a gente está debatendo, começamos um debate público. Tivemos, nos últimos anos, o Estado começando a estabelecer políticas públicas para fortalecer, para se colocar contra a violência, políticas tanto em relação às mulheres quanto em relação a pessoas homossexuais.

O fenômeno que estamos vivendo agora nos assusta, que é o mundo inteiro. Já foi falado aqui sobre a eleição para a presidência dos Estados Unidos, mas quero falar do Brasil. O impeachment da presidente Dilma não foi apenas uma mudança de governo, mas uma mudança de governo e de direção de um programa de políticas que privilegiava os direitos sociais, os direitos humanos. E nós estamos tendo uma virada completa, um retrocesso completo em relação à luta pela afirmação desses direitos humanos.

O que estamos vendo no Brasil é florescer um outro paradigma de sociedade, que vai além de uma política pública, mas está no plano da formação de um pensamento, de valores completamente distintos do que a gente vinha construindo.

Estamos vendo projetos, como o que também foi referido aqui, proibindo o debate de gênero nas escolas em nível federal, estadual e municipal. Estamos vendo questionamentos à Lei Maria da Penha, mais do que isso, estamos vendo apoio social para esses pensamentos. É isso que nos assusta. Temos pessoas, entrevistas de mulheres inclusive, dizendo que não se deve meter a colher na briga de marido e mulher.

Quero fazer um apelo aos praticantes, aos das religiões evangélicas principalmente: é preciso que a gente quebre, mude essas ideias. Não é possível que a escola não contribua com a formação das pessoas. Precisamos de pessoas e jovens formados plenamente. É preciso debater dentro das escolas o papel da mulher e do homem. É preciso debater a questão da sexualidade, a questão das relações entre as pessoas. Hoje, trabalhamos com a escola em tempo integral, os meninos e meninas ficam mais tempo na escola do que em casa, então não é possível que os professores não abordem, junto com a família, não tratem desses temas. As igrejas também não podem deixar de tratar desses temas, temos um crescimento exponencial de igrejas evangélicas, que estão contribuindo para a formação desse pensamento. No Brasil, de 1970 para cá, passamos de 5% da população evangélica neopentecostal, para 22%.

Então, essas pessoas contribuem, concordam, legitimam discursos e projetos como esse e estão crescendo nas câmaras. Na Câmara Municipal vamos ter que debater com os integrantes, representantes dessas religiões, com uma bancada que passou de 4 para 8 na Câmara Federal. Então, é hoje um poder que interfere e é decisivo para essa situação das relações entre as pessoas, do enfrentamento à

violência para uma posição na qual é preciso que estabeleçamos um mundo de respeito, solidariedade e não do individualismo e da violência crescente.

Então, quero dizer que nós da Comissão da Mulher da Câmara Municipal nos colocamos, mais uma vez, como parceiras da Comissão da Mulher da Assembleia, e de toda a bancada feminina que são 7 – “a casa das 7 mulheres” –, mas que têm sido guerreiras nesse processo de enfrentamento aqui.

Quero também chamar a atenção de que é preciso que se constitua um fórum permanente no Estado da Bahia e aqui em Salvador, de maneira especial. Temos buscado isso em algumas batalhas, como recentemente fizemos e estamos fazendo ainda uma luta em relação ao Viver. Quero aqui mais uma vez apelar para esta Casa no sentido de fortalecermos o Serviço Viver que é o único serviço no Estado que atende a mulheres vítimas de violência sexual. Tivemos a unidade de Periperi fechada – não foi reaberta ainda – e a unidade do IML muito fragilizada. Então, é preciso além de reforçar as DEAMs, as varas de violência, precisamos, também, que o Serviço Viver funcione e funcione bem, com equipe multiprofissional. Todos os advogados que estavam lá tiveram seus contratos vencidos e, hoje, o serviço está funcionando muito capenga na unidade do IML.

Então, são muitas as questões, são muitas lutas, os problemas são complexos mas precisamos, acima de tudo, ter essa capacidade e renovar a cada dia o nosso compromisso de lutar em parceria com instituições da sociedade civil, do Estado, aquelas que verdadeiramente têm a responsabilidade de resolver esses problemas, temos que cobrar. É dever do Estado, quem senta na cadeira, quem está no governo tem a obrigação de fazer com que o Estado cumpra o que está na constituição, que o Estado dê prioridade às causas que são prioritárias e o enfrentamento da violência contra a mulher é prioridade. Precisamos dizer isso nos “16 Dias de Ativismo” e lembrar isso aos governantes todos os dias: que a mulher tem que ser respeitada e que o Estado tem que cumprir a sua função de proteger, porque é questão que diz respeito aos direitos humanos e não abrimos mão disso.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Quero registrar, também, a presença da assessoria do deputado Bira Corôa, que tem sido um grande parceiro.

Quero registrar, não ia nem contar essa história, mas me ligaram várias pessoas – Torquato – dizendo: “Você vai fazer uma sessão para debater esses marginais que ficam querendo... Que nasce homem e quer ser mulher, que nasce mulher e quer ser homem?” Veja o nível de certas pessoas, inclusive, aqui nesta Casa. Disse: farei e não tenho nenhum problema, podem ficar de boca aberta, mas é verdade.

Sabemos das dificuldades mas mesmo sendo um tema difícil de ser tratado, visto por algumas pessoas dessa forma, estamos fazendo essa discussão, porque acho que é o que Aladilce disse, não podemos deixar... Há quantos anos atrás? Há 70 anos, vimos o que o nazismo fez no mundo, criou, incentivou o ódio aos judeus e a

sociedade aceitava isso. Então, hoje no Brasil estamos vivendo também uma coisa semelhante, o ódio aos políticos, ódio a determinadas ideias e precisamos voltar a ter uma sociedade de paz ou pelo menos iniciar esse processo de construção, de inclusão de todos e de respeito a todos.

Então, quero dizer para a comunidade LBGT, para os transgêneros, para os encarcerados que o nosso mandato está à disposição de qualquer grupo social independente de preconceito, independente de pressão de ideias de conservadores.

Vamos dar continuidade a nossa sessão, ouvindo a Dr^a Sílvia Lúcia Ferreira, do NEIM, que também é um órgão da Universidade Federal da Bahia muito parceiro das mulheres, do nosso mandato. Temos trabalhado juntos, inclusive, no Carnaval com a nossa folia feminista e o nosso Bloco Antibaixaria, que tem feito a festa e levado nosso recado e nossas bandeiras de luta para essa grande festa da Bahia que é o Carnaval.

A Sr^a SILVIA LÚCIA FERREIRA:- Bom-dia, vou tentar ser breve, porque está quase na hora da glicemia começar a baixar, para não dizer que está na hora do almoço, mas quero saudar em nome da deputada Luiza Maia, todas as componentes da Mesa, mais o homem presente. Eu quero saudar a plenária em nome de Sandra Munhoz que se afastou pela condição e lembrar que Sandra, também, é representante da Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, que também participa dessa luta.

O NEIM parabeniza a iniciativa da deputada, porque há muito tempo que o NEIM já é parceiro, na verdade, não só da deputada, mas de todas as iniciativas legislativas, tanto desta Casa como da Casa Municipal para defender as mulheres e seus direitos. Então, também quero, em nome do NEIM e do GEM, que é o grupo de estudo sobre a saúde da mulher, da Escola de Enfermagem, saudar essa brilhante iniciativa.

O NEIM se soma a todos os movimentos sociais que lutam contra o golpe, que lutam contra a PEC 241 e agora a PEC 55 no Senado e contra a diminuição de todos os direitos que estão sendo ameaçados. Nós nos solidarizamos com o Movimento Ocupa que está nos institutos federais nas universidades, porque sabemos o quão legítimo é esse movimento atual, é a resposta, na verdade, dos jovens, a esse estado de calamidade que se instalou no Brasil.

Eu sou de um tempo, um pouco mais antigo da luta constituinte e eu dizia assim: gente, claro que a gente vai se armar para defender todos os nossos direitos. Somos de um tempo – tem algumas pessoas presentes – em que não existia nada e conseguimos colocar na Constituição um conjunto de direitos, principalmente, para as mulheres, que achamos, claro, estão ameaçados, mas nós temos que enfrentar essas coisas. Nós não podemos baixar a cabeça de jeito nenhum. E quando eu vejo o Movimento Ocupa, para mim é a resposta de 40 anos que tenho de uma universidade em defesa dos direitos das mulheres, porque a juventude que está aí, está me dando um ânimo de dizer assim: pode continuar que você tem uma retaguarda.

Então, isso para mim é uma felicidade. Acho que não podemos desanimar de jeito nenhum nesse momento, eu sou muito esperançosa, todo mundo que me conhece

sabe do quanto tenho esperança e esperança na juventude.

Nesses 33 anos o NEIM tem atuado e vocês sabem que mesmo com todas as ameaças, temos na Bahia uma graduação em gênero, quer dizer, acabar uma graduação em gênero, acabar um mestrado em gênero, um doutorado em gênero, vários grupos de pesquisa em gênero que têm, não só na Universidade Federal da Bahia, mas espalhado no Estado da Bahia, é muito difícil. Vamos dizer, não é possível que alguém pense em acabar um ideal que foi construído ao longo de 40 anos.

Eu olho assim, às vezes, sim, Sílvia, você não tem medo ou receio? Claro que eu tenho receio, todo mundo tem receio de maluquice, todo mundo tem receio dessas coisas que são improváveis na sociedade. Mas, eu acho que nós já plantamos ao longo do tempo, desses 40 anos em que estamos atuando, tanta ideia boa, já formamos tanta gente boa, muitas delas estão aqui presentes, já fizemos tanta coisa boa que é impossível acreditar que todas essas coisas feitas ao longo de 40 anos vão desaparecer, por conta de um conjunto de pensamentos que agora nos ameaçam. Então, eu tenho muita esperança que essas coisas vão se modificar, vão melhorar, na verdade.

Com relação à campanha, nós estamos fazendo a “Campanha dos 16 Dias”, no dia 21 a aula inaugural do Bacharelado Gênero e Diversidade vai ser sobre esse tema, já adiantando, aqui, algumas coisas da nossa programação. Vamos fazer uma reunião na segunda-feira para fechar parcerias dos grupos das universidades, e aí entram todas as estaduais, as federais e os grupos feministas de estudantes, também parceiras nessa luta, para fecharmos a movimentação em torno dos 16 dias.

Então, temos fechado até agora o dia 21, mas vamos também fazer uma grande mobilização, aproveitando o Movimento Ocupa, que já está instalado nos locais para, exatamente, reafirmar a questão da luta contra a violência de gênero.

Nesse sentido, mais uma vez, saudar e agradecer o convite.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Obrigada, querida professora Sílvia.

Estamos encerrando, gente, só temos agora a nossa delegada Heleneci Souza, titular da DEAM de Brotas, depois a representante do governador e da secretária de Política para as Mulheres, Jucinalva.

Vamos ouvir agora a nossa querida delegada Heleneci Souza.

A Sr^a HELENECI SOUZA:- Bom-dia a todos. Quero ser breve, primeiro parabenizando a deputada Luiza Maia por esta iniciativa, que não é a primeira, é sequência de várias, e está estudando, estudando mesmo, temas tão vibrantes e, digamos assim, são atualíssimos. A gente vê pelos últimos acontecimentos que esse temas vinculados a mulheres e a grupos LGBTs são conscientizações que estão inquietando toda a comunidade. Quero também parabenizar, parabenizar mesmo, cumprimentando a seleta Mesa que aqui se encontra, de pessoas capazes e quase todas, por que não dizer, amigas.

Eu sou Heleneci Nascimento, como já foi dito, delegada titular da DEAM de Brotas. É um cargo que dá honra, mas, também muita preocupação. Eu, hoje, estou aqui compartilhando esse espaço com a coordenadora das delegacias especiais, Dr^a Cristina Portugal, e a responsabilidade se torna maior quando temos a coordenadora aqui à vista.

Mas, eu quero dizer um pouco do trabalho da DEAM, porque a DEAM não trabalha sozinha, contar experiências. E trazer a primeira coisa, a notícia boa, fruto dessa luta, de nós estarmos aqui sempre discutindo, debatendo, da sociedade organizada. A DEAM este mês foi contemplada com 3 novas delegadas que atuarão, inclusive, num plantão na delegacia, plantão de 24 horas. (Palmas) Estamos com essas delegadas, outras sendo treinadas para atuar, também, no interior.

Isso vale dizer é um grande descanso, porque quando dizemos que a DEAM trabalha em plantões de 24 horas, mas que os delegados que atendem são delegados do plantão metropolitano, quer dizer que eu estou também 24 horas de sobreaviso, quer dizer que o meu telefone celular fica ao lado e por vezes o meu marido me convida para que eu me retire do quarto à noite, porque ele não consegue dormir, porque eu estou ali administrando e resolvendo problemas, enquanto o metropolitano não chega à delegacia.

Quero dizer também que a unidade da DEAM se sente muito feliz. Fiz um relatório recente para a diretora, porque nós temos trabalhado com grupos que antes nos criticavam, críticas indiretas, e hoje trabalhamos com grupos que nos cobram que estão precisando disso. Precisa melhorar e isso é o que eu posso fazer para que a DEAM melhore.

Então, nessa parte é muito gratificante, porque quando a gente trabalha, sou gestora da DEAM, administro, mas tenho também que instaurar inquérito policial, porque o que a capitã da ronda falou é que não posso sair da delegacia por volta das 20h, como aconteceu no sábado, quando apareceu uma mulher toda queimada e eu disse: fazer o que?

Como é que vou ficar tranquila? E a responsabilidade como profissional, como pessoa? Deixo essa mulher apenas com um registro, uma guia para exame médico legal e vou para casa? Não. O pedido é feito e de imediato. Aí equivale a dizer que o trabalho se prolonga até às 2h da manhã, e quando você representa por uma prisão preventiva e pega um policial que encaminha o plantão judiciário, o policial te liga às 2h da manhã e diz: “Dr^a, não vai receber, o coordenador disse que não recebe”. Eu digo: como assim? Ligo para o núcleo e falo assim: olha, não por conta de um provimento, não é assunto urgente, não é assunto importante.

E digo, o senhor vai fazer o seguinte: ou vai me dar o número do juiz para que eu possa falar, ou passa o meu para ele, porque não posso entender como um caso tão grave, tão urgente, não seja levado à apreciação do Judiciário neste momento. Aí a coisa muda um pouco de figura, o juiz aprecia, decreta prisão preventiva, a ronda vai, prende em flagrante. Neste caso, foi também uma prisão preventiva que a própria ronda cumpriu, porque não existe aquela situação de que o delegado ou a polícia em si esteja inerte. O que nós precisamos é que o fato seja resolvido de uma maneira bem

mais, a gente não pode dizer prazerosa, mas de uma maneira bem mais gratificante para a mulher.

Quero fazer referência à Lei Maria da Penha, que é objeto de trabalho profícuo da Delegacia de Proteção à Mulher, ela também abrange as lésbicas. E o que ocorre? Nós precisamos unir forças com os movimentos, até pelo fato de que, essas próprias pessoas, quando se dirigem às delegacias e não veem garantidos os seus direitos que estão lá no art. 5º da Constituição (que ninguém pode ou deve ser discriminado por questão de sexo, raça e outros indicativos que têm), já vão pensando como vão ser atendidas, ou como vão ser recepcionadas, ou que destino vai ser dado.

Quero dizer que os nossos policiais, inclusive recentemente, tiveram um curso de formação para o atendimento, porque as nossas ocorrências estão direcionadas, como sexo, preferências. E esse policial pensa em perguntar, às vezes, declaradamente, como agir, e a parte que está do outro lado diz: “Como vou me auto-declarar? Serei respeitada ou não?”

Então, são elementos que nós estamos buscando a cada dia: melhorar na nossa unidade. Fiquei muito feliz quando a coordenadora também me falou – porque isso já foge um pouco da área da delegacia – que já existe um grupo de estudo, exatamente para a criação de unidades que atendam todos esses grupos de LGBT. Por que? Porque precisa de formação de funcionários, precisa de um local adequado e toda uma formação para que a gente não aja de maneira precipitada e deixe de atender bem.

Sei que o horário está todo extrapolado, mas quero mostrar um pouco o relatório, o nosso trabalho. A DEAM, este ano, já atendeu 6.012 ocorrências. A coisa cresce assim, de uma maneira... Inclusive, nesta semana tivemos a visita da Defensoria Pública, Dr. Rodrigo, que aqui se encontra, também lá esteve, e foi muito gratificante. Quando eles viram o volume de queixas que recebemos, o volume de inquéritos, mais de 1.500 inquéritos remetidos... Se você comparar... E onde estão os outros? É porque a gente ainda tem uma limitação de tempo, do profissional, de exames, porque a gente depende de laudos médicos para encaminhar esses inquéritos. São 1.500 inquéritos remetidos.

Mais de 700 medidas protetivas são encaminhadas, requeridas, instruídas pela delegacia, e isso nos dá uma sensação de dever quase cumprido. Não posso dizer de dever cumprido porque tem pessoas que ainda ficam no aguardo, por questão de tempo. Temos limitações da própria vítima, que, não por querer, quando fala “eu quero desistir”, faz um registro na delegacia e a autoridade policial, nos casos de ação pública incondicionada, de logo, encaminha e inclui.

A ação privada, ela também não pode ser retirada quando esta mulher ali comparece. Mas, muitas vezes, quando o delegado que não tem o *jus postulandi* – que não pode dar a continuidade por conta da queixa-crime – encaminha a mulher à Defensoria, ela, às vezes, encontra uma certa dificuldade para este trânsito entre delegacia e Defensoria, porque, para ela, já é mais um dia de trabalho, tem filho pequeno, e terminamos limitados, sem dar prosseguimento. Porque a autoridade policial não vai poder prosseguir ali e, só posteriormente, encaminhará à apreciação

do Ministério Público, para que possa se posicionar.

Mais uma vez, agradeço por esse espaço e coloco a DEAM, como sempre tenho colocado, à disposição de todas vocês. Que possam ir, não apenas por uma questão pessoal, mas também buscar elementos, saber do nosso trabalho, das nossas dificuldades e, muito mais, da nossa grande força de vontade em vencer os obstáculos.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Obrigada a você, nossa querida delegada.

Gente, não estava em nossa relação, não sei se foi falha do nosso Cerimonial, das nossas assessorias, mas Catarina, da AGES, que está coordenando o movimento Ocupa Tudo, que nós precisamos, inclusive, apoiar e divulgar... Cadê ela? Catarina, quer dar uma palavrinha aqui? A gente concorda, e você tem todo nosso respeito, o nosso apoio. Nós encerraremos, depois, com o nosso Hino da Bahia e a fala da nossa representante Jucinalva, representando a secretária da Mulher no Estado da Bahia e o nosso governador. Então nós estamos encerrando, temos que entregar o Plenário ao meio-dia, já estamos em cima da hora, seja breve, viu, querida, mas obrigada pela sua presença.

A Sr^a CATARINA:- Obrigada, deputada Luiza Maia, obrigada também pelo convite.

Bom-dia a todas e a todas, são todas as pessoas, todas as entidades, todas as representações, porque a nossa gramática é muito machista, nossa ortografia é muito machista, sempre privilegiando os homens, assim como a sociedade e o sistema, como ele é desde o início. E, primeiramente, fora, Temer, (palmas) porque sou secundarista, ocupei as escolas em julho, estou no processo de ocupação atual, e também estamos nas ruas, justamente por isso, porque sabemos que essa PEC, a 241, congela os investimentos para a educação.

Em julho, inclusive, na votação do Plano Estadual de Educação, estive aqui, exatamente neste Plenário. Naquela fileirinha ali, lembro-me de um certo parlamentar que era a favor da retirada da emenda que colocava o debate de gênero dentro das escolas e o debate com as religiões de matriz africana. Simplesmente um homem hétero, burguês, que tem dinheiro, que toma a frente dizendo que está seguindo a igreja e esse Deus que eu não sei qual é. Porque o Deus que conheço é o que não oprime, que não tem preconceito, que não é machista e simplesmente diz para amarmos ao próximo como a nós mesmos. Não sei que parte da Bíblia está dizendo que as mulheres ou os LGBTs não podem falar disso dentro das escolas.

Um homem hétero não quer que os secundaristas digam o que está acontecendo dentro da sociedade. Além disso, quer proibir o que poderemos ou não falar. Posso dizer a ele, que não está aqui hoje, mas eu digo sempre que o encontro em qualquer lugar, o seguinte: não vai ser um homem que vai dizer pra mim – que sou mulher, que tenho 18 anos, que sou secundarista e que estou querendo ingressar na UFBA ou na

UNEB – o que devo ou não dizer dentro do colégio.

Eu sou presidente da AGES, uma entidade de representação do movimento estudantil secundarista de Salvador; coordenadora do coletivo Para Todas, coletivo feminista do coletivo Para Todos, onde empoderamos as meninas, as secundaristas e universitárias, com atividades semanais dentro das escolas, falando, inclusive, sobre gênero. Porque não vai ser nenhum homem que vai me dizer o que não vou dizer dentro da minha escola, dentro do meu grêmio. Entrei no movimento estudantil justamente pela pauta feminista.

Eu fazia vôlei no Teixeira de Freitas, em 2014, estou no terceiro ano agora, estou concluindo o ensino médio. Lembro que, desde quando entrei até o ano passado, os meninos, simplesmente, ficavam sem camisa desfilando pelo colégio depois do vôlei. E quando as meninas, depois do vôlei, faziam isso aqui (levantou a camisa) era uma afronta gravíssima, porque a própria Coordenação Pedagógica, a própria Direção dizia que mulher não poderia ficar desfilando assim.

Mas por que os meninos podiam tirar a camisa e desfilar em qualquer colégio e a gente não podia? Um belo dia me revoltei, tirei a minha camisa, fiquei de sutiã, fiz um ato feminista. (Palmas) Na época, o presidente da AGES, Pedro Correia, que depois assumiu a Vice-Presidência da UBES e era também presidente do Grêmio no Teixeira de Freitas, me perguntou: “Cati, já que somos amigos, te conheço há um tempão, sei como você é, sei que você é da luta feminista, conheço sua mãe, sei que já tem uma base que vem de muito antes, você sabe muito bem que não pode fazer o que o sistema quer, por que você não entra no Grêmio?” De primeira, não aceitei, mas depois aceitei e virei diretora de mulheres, depois coordenadora do Coletivo para Todos e, depois disso, entrei na Presidência da AGES.

Como secundarista, não posso esquecer de falar aqui sobre o debate que fazemos dentro das escolas que estão ocupadas. Não falamos simplesmente da PEC, mas falamos de tudo que está acontecendo. Não é simplesmente um “Fora, Temer” ou, no caso, um “Fora, Dilma”, é um “fora” a todos os projetos que nos incluíam dentro da sociedade, dentro das faculdades, dentro do processo progressista no qual nosso mundo entrou. Foi contra tudo isso, foi contra mim, foi contra nós, mulheres, foi contra estudante de escola pública, foi contra estudante de faculdade pública, foi contra o periférico, contra os negros, os LGBTs, as lésbicas, contra tudo isso. Foi contra nós, que somos a maioria, mas que eles dizem que é minoria. Nós não somos minoria, não, é só a gente ver quem está ocupando escolas, ver qual é o nosso debate. Vimos a menina do Paraná, Ana Júlia, que deu embasamento político e de leis dizendo que é legítima, sim, a nossa ocupação. Nós estamos assegurados pelo ECA, o qual prevê que o Estado é responsável pela nossa segurança, dentro ou fora de qualquer ambiente em que estivermos.

Então, temos, sim, a legitimidade, sabemos o que estamos fazendo, não somos simplesmente um bando de desocupados. Nosso debate é sobre tudo o que está acontecendo, porque é tudo contra a gente, sempre querendo tirar os nossos direitos que foram conquistados em 14 anos, sempre querendo esse retrocesso.

Vi uma galera falando muito sobre a eleição nos Estados Unidos. Perguntavam

o que, de lá, interferiria aqui. Minha gente, um cara que é de extrema-direita, que é hétero, que é branco, que é bilionário, que é estuprador, que tem orgulho de falar isso, porque ele mostrou, inclusive, no período de campanha, ganhou lá nos Estados Unidos, que é uma potência mundial. Imaginem aqui em 2018?!

A prisão de Cunha foi simplesmente um pretexto para a prisão de Lula, por exemplo. E aí pergunto: se Lula for preso, Bolsonaro vai ser presidente? Já estamos nesse processo total de perdas de direitos. Inclusive, quando Temer assumiu, nas primeiras 24 horas, tirou o Ministério de Mulheres. Quem vai falar alguma coisa por nós se não formos nós mesmas, se não for a nossa sonoridade com nossas manas? "Companheiras" é uma palavra muito difícil, é uma parada muito alongada, é um significado muito abrangente, nós somos manas. Porque o que acontece comigo, acontece com você, acontece com todas nós e acontece, também, com as meninas que vieram comigo do Teixeira de Freitas e que estão comigo na luta das estudantes secundaristas todos os dias.

E aí vem o Plano Nacional de Educação, o Plano Municipal. No Plano Municipal, fui até a Câmara de Vereadores, no dia da votação e, no momento em que iríamos ocupar o Plenário da Câmara – porque tudo é manifestação de ocupação –, o presidente da Câmara autorizou os policiais a agirem de forma agressiva contra nós. Lembro que essa votação foi no dia 13 de junho, faço aniversário no dia 16 de junho, e quebrei minha perna em plena Câmara de Vereadores, quando cinco policiais homens vieram em cima de mim após o presidente ter autorizado que eles usassem de violência contra os manifestantes. Na hora, eram somente mulheres que estavam ocupando.

Então, é isso, é essa a sociedade que temos. Dentro da Câmara de Vereadores, dentro da ALBA, inclusive, pois sabemos quem está, quem não está dentro da sociedade, dentro das faculdades, dentro das escolas, ou, até como eu, dentro do grupo de time de vôlei. O próprio professor! Então, realmente, se não formos nós por nós, não será ninguém. Pedi um momento da nossa fala porque é importante sim! Eu saúdo toda a Mesa, teve também um pleito que me representou muito, que fez as colocações acerca do que estamos vivendo. Mas é necessário que o secundarista também fale, que a gente fale, porque, em tudo que está acontecendo aí, quem está tomando o protagonismo, quem sempre toma o protagonismo de lutas das ruas, na verdade, é a juventude.

Estou aqui para dizer que a juventude de 2016 é como a juventude de 64, não aceita o golpe, não vai ficar em casa de boa. Está acabando o ano e se vocês acham que a gente vai ficar calado, não vamos, não, porque ocupação não tem data para acabar, não tem data para começar nem acabar. Quanto mais ocupando, quanto mais fazendo isso, melhor, porque eles têm que saber o nosso potencial.

Agora é um período que não é simplesmente uma ocupação, é um período, também, de conscientização porque sabemos... Inclusive, eu venho da escola Teixeira de Freitas e posso dizer que no meu grêmio tem 40 pessoas. Essas 40 pessoas sabem muito bem o que está acontecendo no Brasil, no mundo, no sistema. Mas há outros 3 mil estudantes do Teixeira de Freitas que não sabem e, muitas vezes, ao longo do ano

ficaram criticando o grêmio, criticando a ocupação de julho, criticando também as manifestações que fizemos naquela época das cheias, e tantas outras manifestações.

Mas essas mesmas pessoas que criticavam a gente, hoje, com o nosso cenário atual, essa mesma galera está falando: “E aí, Catarina, quando é que vamos ocupar tudo, quando vamos fazer manifestação?” É muito bom isso, ver que, realmente, a minha ferida é a sua ferida, é nossa ferida como um todo. Como mulher posso dizer, sim, que estamos aqui, estamos na luta, que 2016 vai ser como 64. A juventude veio aqui para resistir e a revolução será feminista.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Obrigada, Catarina, por sua fala.

Agora, encerrando, vamos ouvir a palavra da nossa querida Jucinalva Peruna, coordenadora de Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia. Ela está representando a nossa querida secretária Olívia Santana e o nosso governador, que não puderam se fazer presentes.

A Sr^a JUCINALVA PERUNA:- Bom-dia a todas as pessoas, a todas as entidades, instituições aqui representadas.

Quero dizer que é um desafio muito grande estar aqui após a fala de todas vocês, do Dr. Rodrigo, e da Catarina, em especial, que me renova a esperança, que me chama de novo para não sair da luta. E quero agradecer por esse momento, dizendo dessa dificuldade, desse desafio que é falar após vocês.

Parabenizo em especial a iniciativa da nobre deputada Luiza Maia e trago um abraço fraterno e combativo e sempre firme na luta da minha secretária Olívia Santana, a nossa secretária. Aqui também represento o governo do Estado, uma grande responsabilidade. Mas, como servidoras que somos, estamos aqui para isso, na luta.

Dado ao adiantado da hora, eu me somo às falas que se complementaram, nos fortaleceram e nos instigaram a permanecer vigilantes em busca da consolidação dos direitos que começamos, de um tempo muito recente, a perceber que tínhamos. Passamos a conviver com isso num tempo muito recente, e nos dói, como pessoas que batalhamos, na luta, que vencemos todos os preconceitos e dificuldades para compreender que mulher pode estar onde ela quiser, pode ser o que ela quiser, pode vestir o que ela quiser, amar quem ela quiser. A pessoa humana precisa ser respeitada em sua diversidade, na completude do ser humano, que pode ter todas as semelhanças, mas que carrega em si as diferenças que nos tornam a cada dia mais especiais.

É nessa perspectiva que somando as falas que nos convocam ao permanente desafio de consolidar direitos neste País que a gente fortalece essa agenda nos 16 dias de ativismo.

Não vou falar desses desafios todos já citados por minhas antecessoras, mas falar da necessidade de continuarmos. Ainda que para a grande mídia, para todos que

ainda não participam da luta, para aqueles que, como Catarina falou, não conhecem mesmo estando no mesmo ambiente que a gente, dentro de um mesmo espaço, uns conseguem avançar na linha de consolidar direitos, de compreender que muito foi negado, e outros não participam dessa discussão em momento algum.

Nessa perspectiva, e como uma forma, também, de enfrentamento, a Secretaria de Política para as Mulheres no ano passado firmou uma parceria com a Comissão de Mulheres desta Casa, com a Redeh (Rede de Desenvolvimento Humano) e com a Secretaria da Educação – parece até que antevendo tudo que veríamos consolidado ao longo desse período – para estar nas escolas com a campanha Quem Ama Abraça, falando e fazendo o enfrentamento da violência contra as mulheres.

No 16 dias de ativismo, a partir do dia 22 estaremos consolidando essa campanha com uma formação para professores. Na Bahia, de forma especial, não apenas fazemos esse momento de formação com professores, mas também com alunos na unidade escolar, até para que vençamos aquele modelo padrão de escola: o que pode ser dado em 40 minutos, aula tal, aula tal e aula tal, e aqueles momentos para discussão, para crescimento, para partilha desses direitos, às vezes, não têm espaço reservado na matriz escolar, que antes era chamada de grade curricular.

Agora, mais do que nunca, não temos reservado esses espaços, até porque não conseguimos nem colocar a possibilidade de discutir gênero nas escolas.

Nesse momento, trabalharemos também com alunos, e esse é o diferencial da campanha na Bahia, que só foi possível ser realizada porque a Comissão de Mulheres imprimiu parte desse material. Apesar de termos uma Secretaria de Política para as Mulheres, sabemos que o nosso orçamento é um dos menores do Estado da Bahia e que deveríamos atender mais de 52% da população e de votantes.

Vamos fortalecer nesses 16 dias de ativismo, dentro dessa campanha, o chamamento firme para que homens e mulheres, jovens e adolescentes participem firmemente da defesa dos direitos das mulheres.

No dia 22, também estaremos compondo essa agenda com Mulher com a Palavra, que é um programa que faremos no Teatro Castro Alves. Haverá uma cota pequena para os convites, será um valor simbólico para contribuição e despesas com o próprio teatro. Nesse dia, teremos Preta Gil, MC Carol e Elisa Lucinda nos presenteando com falas e reflexões muito fortes.

Também, como uma forma de enfrentar todas essas mazelas que escutamos aqui, e o triste cenário em que a nossa Bahia se encontra no mapa de violência elaborado pelo professor Jacobo. Temos 16 municípios dentre os 100 do País como os maiores em feminicídios. Para enfrentar esse triste dado, nós, da secretaria, estamos com uma caravana intitulada Cravos e Rosas na Paz. É outro chamamento e outro desafio muito grande, porque essa caravana é aquilo que as companheiras que antecederam minha fala já disseram: “Não dá mais para falarmos nós para nós mesmas”. Precisamos que os homens participem desta luta. E é nessa perspectiva que a gente está indo às cidades, convocando homens e mulheres para enfrentar a violência.

Eu sei que meu tempo está apertado, mas pensem vocês numa cidade com 10 mil habitantes, em menos de 3 meses, a gente receber queixas de 4 cárceres privados, de 2 feminicídios, você olhar para o lado e nada tem estruturado nessa cidade. Então, essa caravana também é na perspectiva de fortalecer a rede e de criar ou ampliar a rede, buscando fazer com que esses prefeitos e prefeitas compreendam a necessidade de ser signatários do pacto de enfrentamento à violência.

No dia 7, estaremos em Porto Seguro, uma cidade que consta no mapa com índices muito altos. Ali, no entorno, na Costa do Descobrimento e no Extremo Sul, várias outras cidades também constam entre essas 16. Aqui, juntinho da gente, bem pequenas as cidades, se a gente olha Dias d'Ávila, Mata de São João, a gente se assusta de ver uma população, uma cidade tão pequena, em que a gente diz assim: “Todo mundo se conhece nesta cidade” – a gente vê registrados índices de violência tão alarmantes, e nos calarmos em nossa cidade, em nossas casas, nos nossos ambientes de trabalho!

Para finalizar, porque o horário está chegando, temos um grande chamamento, que é para o dia 11, um dia após o que seria o encerramento da campanha na Bahia, mas vamos encerrar no dia 11 de dezembro com uma grande caminhada de homens enfrentando a violência contra a mulher. Esse é um chamamento que estamos fazendo, e a gente conclama toda a sociedade, todos os movimentos, a partilharem e construir com osco.

Quero dizer que já estamos contando com as parcerias de algumas centrais sindicais, a Força Sindical, por exemplo, a CTB, têm sido extremamente parceiras. Convocamos todas as outras entidades para conosco fortalecer esta luta.

Aqui na Bahia já tivemos a aquiescência do comando do Corpo de Bombeiros, que fortalecerá conosco essa caminhada. Para não me alongar mais, e com pesar, porque algumas outras coisas precisavam ser ditas, mas, devido à necessidade da Casa e de ser entregue o espaço, gostaria de agradecer, mais uma vez, a oportunidade. Quero dizer que a Secretaria Política para Mulheres, como um espaço institucional, está lá, aberta para as contribuições que a sociedade e os movimentos possam dar e para as demandas que conjuntamente precisamos enfrentar. Reafirmo o compromisso da secretária Olívia Santana com essa causa, que é de todas nós. Não é uma causa, simplesmente, de uma luta por mulheres, que têm grupos diversos, diversidade na sua formação social, no seu contexto social, econômico e cultural, mas é uma causa da sociedade. É a sobrevivência harmônica de um povo que todo mundo canta e que se encanta mundo afora, dizendo que a Bahia é maravilhosa, que o Brasil é maravilhoso, mas estamos fadadas, se não nos unirmos, se não nos dermos as mãos, se não formos para a rua, se não consolidarmos a luta pelos direitos até aqui adquiridos, a ser apenas lembranças.

É só isso. Um abraço a todas. Obrigada.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Valeu, companheira, obrigada pela

presença.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Registro a presença de Marcos Rezende, que coordena o Coletivo de Entidades Negras. Muito obrigada pela sua presença e pela sua participação na construção desta sessão. Anna Torquato, representando aqui meu querido deputado estadual Marcelino Galo, que faço questão de registrar: é também um grande parceiro da luta das mulheres, muito em função da orientação da nossa combativa Anna Torquato.

Amanhã, gente, é dia de greve, greve nacional, todo mundo ocupa tudo neste País e nesta cidade. (Palmas)

Viva a diversidade humana! Obrigada pela presença. (Palmas)

Encerraremos esta sessão ouvindo o nosso Hino da Bahia. Vamos ficar de pé, por favor.

Antes de ouvirmos a execução do Hino da Bahia, quero saudar a deputada Fátima Nunes, outra grande parceira e também lutadora não só das causas da mulher, mas também do sertão. Obrigada pela sua presença. Sei que a sua ausência também foi em razão de outras agendas, de outras demandas. Obrigada, Fátima, pela presença.

(Execução do Hino da Bahia) (Palmas)

Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.